



**ACORDO DE COOPERAÇÃO
ENTRE UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA (UFSC), BRASIL E UNIVERSIDADE
PAMPLONA (UNIPAMPLONA), COLOMBIA**

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pessoa jurídica de direito público, autarquia federal de regime especial, constituída pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, CNPJ n. 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil representada por seu Secretário de Relações Internacionais, Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho, nos termos da Portaria n. 1030/2023/GR de 11 de maio de 2023, publicada no Boletim Oficial n. 89/2023, de 12 de maio de 2023, doravante designada UFSC e a Universidade de Pamplona (UNIPAMPLONA), entidade universitária autônoma de caráter oficial e de ordem departamental, criada por meio da Ata nº 1 de 23 de novembro de 1960, com personalidade jurídica reconhecida pela Resolução nº 1 de 24 de janeiro de 1961, que adquiriu seu caráter de instituição de ensino superior oficial de ordem departamental por meio do Decreto 553 de 5 de agosto de 1970, ato emitido pela Governadoria de Norte de Santander e reconhecida pelo Governo Nacional da Colômbia para a outorga de títulos, conforme Decreto 1550 de 13 de agosto de 1971, acreditada institucionalmente com alta qualidade pela Resolução nº 018143 de 27 de setembro de 2021, do Ministério da Educação Nacional, identificada com o NIT 890.501.510-4, doravante denominada UNIPAMPLONA, representada neste ato pelo Dr. Heriberto José Rangel Navia, VICE-REITOR DE BEM-ESTAR E EXTENSÃO (em exercício), na qualidade de representante legal.

CONSIDERANDO o desejo de expandirem suas relações acadêmicas e estimular a troca de conhecimento. As vantagens do desenvolvimento de atividades de interesse recíproco em regime de mútua cooperação.

CONSIDERANDO que a UNIVERSIDADE DE PAMPLONA, como instituição pública de ordem departamental, tiene como misión asumir su compromiso social y educativo con las nuevas generaciones, a partir del desarrollo de sus funciones en los ámbitos académico, investigativo y de extensión universitaria, así como de otras



**ACUERDO DE COOPERACIÓN
ENTRE UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
(UFSC), BRASIL Y LA UNIVERSIDAD DE PAMPLONA
(UNIPAMPLONA), COLOMBIA**

La Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), personalidad jurídica de derecho público, autarquía federal de régimen especial, constituida por la Ley nº 3.849, del 18 de diciembre de 1960, CIF (Código de Identificación Fiscal) nº 83.899.526/0001-82, con sede en el Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, en Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, representada por su Secretario de Relaciones Internacionales, Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho, en cumplimiento de la Ordenanza n. 1030/2023/GR del 11 de mayo de 2023, publicado en el Boletín Oficial n. 89/2023, de 12 de mayo de 2023, en adelante designada UFSC y la Universidad de Pamplona (UNIPAMPLONA), ente universitario autónomo de carácter oficial y de Orden Departamental, creado mediante Acta 1 del 23 de noviembre de 1960, reconocida su personería jurídica mediante Resolución No. 1 del 24 de enero de 1961, que adquirió su carácter de institución de enseñanza superior oficial del orden departamental mediante Decreto 553 del 5 de agosto de 1970, acto emitido por la Gobernación de Norte de Santander y reconocida por parte del Gobierno Nacional de Colombia para otorgar títulos, mediante Decreto 1550 del 13 de agosto de 1971, acreditada Institucionalmente en alta calidad mediante la Resolución N° 018143 del 27 de septiembre de 2021 por el Ministerio de Educación Nacional, identificada con NIT 890.501.510-4 quien en adelante se denominará LA UNIPAMPLONA, representado en este acto por DR. HERIBERTO JOSÉ RANGEL NAVIA, VICERRECTOR DE BIENESTAR Y EXTENSIÓN (e), en su carácter de representante legal.

CONSIDERANDO el deseo de expandir sus relaciones académicas y estimular el intercambio de conocimiento. Las ventajas del desarrollo de actividades de interés recíproco en régimen de mutua cooperación.

CONSIDERANDO que la UNIVERSIDAD DE PAMPLONA, como institución pública de orden departamental, tiene como misión asumir su compromiso social educativo con las nuevas generaciones, a partir del desarrollo de las funciones en el ámbito académico, investigativo y de extensión universitaria, y otras que sean pertinentes y de interés para la UFSC y



atividades que sean pertinentes y de interés tanto para la UFSC como para UNIPAMPLONA. A Universidade de Pamplona, até 2030, será reconhecida como uma instituição de alta qualidade com impacto regional, nacional e internacional, pelo seu protagonismo nos processos acadêmicos, de pesquisa e de extensão, sustentados no desenvolvimento social e tecnológico, e pelo desempenho de seus egressos no mercado de trabalho.

RESOLVEM

Celebrar ACORDO DE COOPERAÇÃO, segundo as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente acordo é envidar os esforços necessários para a promoção da cooperação acadêmico- científica, tecnológica, sociocultural e de inovação entre a UNIPAMPLONA e a UFSC, em áreas de atuação de mútuo interesse.

Parágrafo: As partes acordam que as atividades desenvolvidas no âmbito do presente convênio estarão alinhadas com os princípios e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Em particular, será promovido o cumprimento dos ODS relacionados à educação de qualidade (ODS 4), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), parcerias para a implementação dos objetivos (ODS 17), entre outros. As partes comprometem-se a colaborar ativamente para garantir que as ações decorrentes deste convênio gerem impactos positivos nesses objetivos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATIVIDADES CONJUNTAS

2.1 Os partícipes comprometem-se em prover os meios necessários para a realização conjunta das seguintes atividades, em todas as áreas do conhecimento em comum:

- a. mobilidade acadêmica de estudantes de graduação e pós-graduação, professores, pesquisadores e pessoal administrativo;
- b. projetos e atividades de pesquisa, ensino, extensão e gestão universitária;
- c. colaboração e participação em seminários, aulas



UNIPAMPLONA. La Universidad de Pamplona, será reconocida como una institución de alta calidad con impacto regional, nacional e internacional, por su liderazgo en los procesos académicos, de investigación y extensión soportados en el desarrollo social y tecnológico y por el desempeño de sus egresados en el medio laboral.

RESUELVEN

Celebrar ACUERDO DE COOPERACIÓN, al cual sujetan las siguientes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMERA - OBJETO

El objeto del presente convenio es realizar los esfuerzos necesarios para la promoción de la cooperación mutua en programas de intercambio en el ámbito académico, investigativo y de extensión universitaria, entre la UNIPAMPLONA y la UFSC.

Parágrafo 1: Las partes acuerdan que las actividades desarrolladas en el marco del presente convenio estarán alineadas con los principios y metas de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Agenda 2030 de la Organización de las Naciones Unidas. En particular, se promoverá el cumplimiento de los ODS relacionados con la educación de calidad (ODS 4), trabajo decente y crecimiento económico (ODS 8), Alianzas para lograr los Objetivos (ODS 17). Las partes se comprometen a colaborar de manera activa para garantizar que las acciones derivadas de este convenio generen impactos positivos en dichos objetivos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DE LAS ACTIVIDADES CONJUNTAS

2.1 Los partícipes asumen el compromiso de proveer los medios necesarios para la realización conjunta de las siguientes actividades, en todas las áreas de conocimiento en común:

- a. movilidad académica de estudiantes de grado y posgrado, profesores, investigadores y personal administrativo.
- b. proyectos y actividades de investigación, enseñanza, extensión y gestión universitaria;
- c. colaboración y participación en seminarios, clases espejo, conferencias, simposios y encuentros académicos;
- d. programas académicos especiales de corta duración;



espelho, palestras, simpósios e encontros acadêmicos;

d. programas acadêmicos especiais de curta duração;

e. programas de ensino de graduação e pós-graduação, incluindo doutoramento;

f. dupla-diplomação;

g. cotutela.

2.2 O desenvolvimento de uma ou mais atividades descritas nesta cláusula depende de prévia aprovação pelos partícipes do objeto a ser executado; das etapas ou fases de execução; do plano de aplicação dos recursos financeiros e do cronograma de desembolso, se houver; dos papéis e responsabilidades de cada um dos partícipes; e de previsão de início e fim da execução do objeto e das etapas ou fases programadas.

2.3 Independem de qualquer outra solenidade as atividades a que se referem as subcláusulas 2.1a, 2.1c, 2.1d y 2.1e que se deem por intermédio de programas aos quais ambos os partícipes tenham adesão.

2.4 As atividades a que se referem as subcláusulas 2.1b, 2.1f e 2.1g dependem de acordo específico escrito firmado pelos representantes de ambos os partícipes descrevendo os termos e as condições. Uma vez vigentes esses acordos específicos, eles passam a ser considerados independentes em relação a este Acordo e serão regidos pelos termos e condições que estabelecerem.

CLÁUSULA TERCEIRA– DA COORDENAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO DESTE ACORDO

3.1 Cada um dos partícipes designará um coordenador local com atribuição de organizar as atividades relacionadas a este Acordo, avaliar o cumprimento do programa de trabalho e, quando for o caso, buscar o financiamento adequado às atividades.

3.2 Compete à Secretaria de Relações Internacionais, pela UFSC, e à Chefe da Coordenação de Extensão e Gestão de Convênios e Mobilidades, pela UNIPAMPLONA:

- I. receber, analisar, transmitir e acompanhar



e. programas de enseñanza de grado y posgrado, incluyendo el doctoramiento;

f. Doble titulación;

g. Doctorado;

2.2 El desarrollo de una o más actividades descritas en esta cláusula depende de la aprobación previa por parte de los participantes del objeto a realizar; las etapas o fases de ejecución; el plan de aplicación de los recursos financieros y el calendario de desembolsos, si lo hubiere; los roles y responsabilidades de cada uno de los participantes; y pronosticar el inicio y fin de la ejecución del objeto y las etapas o fases programadas.

2.3 Independen de cualquier otra solemnidad las actividades a que hacen referencia las subcláusulas 2.1a, 2.1c, 2.1d y 2.1e que ocurran por intermedio de programas a los que ambos signatarios hayan hecho adhesión.

2.4 Las actividades a que se refieren las subcláusulas 2.1b, 2.1f y 2.1g dependen del acuerdo específico escrito, firmado por ambos representantes, describiendo los términos y las condiciones. Una vez vigentes esos convenios específicos pasan a ser considerados independientes en relación con este Acuerdo y serán regidos por los términos y condiciones que se establezcan.

CLÁUSULA TERCERA – DE LA COORDINACIÓN Y ADMINISTRACIÓN DE ESTE ACUERDO

3.1 Cada uno de los signatarios designará un coordinador local con el objetivo de organizar las actividades relacionadas con este Acuerdo, evaluar el cumplimiento del programa de trabajo y, cuando sea el caso, buscar el financiamiento adecuado a las actividades.

3.2 Le compete a la secretaria de Relaciones Internacionales, por la UFSC, y a la Jefe de Oficina de Extensión y Gestión de Convenios y Movilidades, por la UNIPAMPLONA:

- I. Recibir, analizar, transmitir y acompañar el cumplimiento de los pedidos relativos a este Acuerdo junto al otro partícipe; y,
- II. Garantizar a la otra parte, por medio de sello, los poderes de representación de los signatarios de los documentos oficiales de



do cumprimento dos pedidos relativos a este Acordo junto ao outro partícipe; e

- II. garantir ao outro partícipe, por meio da chancela, os poderes de representação dos signatários dos documentos oficiais em conformidade com os regulamentos internos da instituição.

3.3 Serão presumidos legítimos os atos transmitidos à outra parte por meio dos órgãos indicados na subcláusula anterior.

3.4 É facultado aos partícipes:

- I. delegar os poderes de representação aos seus órgãos administrativos na execução deste Acordo;
- II. acordar o desenvolvimento das atividades previstas na Cláusula Segunda, com exceção das subcláusulas 2.1b, 2.1f e 2.1g, por meio de troca de correspondências entre as áreas acadêmicas de cada um dos partícipes diretamente interessadas.

3.5 A designação e substituição do coordenador local, do órgão ou pessoa referida na subcláusula 3.2 e do delegatário, conforme subcláusula 3.4, terão efeito na data em que a outra parte receber a notificação por escrito.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS DE PROPIEDAD INTELECTUAL

4.1 Os partícipes concordam em respeitar os direitos de propiedad intelectual del otro. Quando cualquier actividad realizada sob este Acordo requerer acceso, compartilhamento ou transferência de tecnologia de um partícipe a outro, eles entrarão em acordo escrito sobre as condições desse acesso, compartilhamento ou transferência.

4.2 Os partícipes acordarão por escrito em separado sobre os direitos de propiedad intelectual que sejam resultado de cooperación em pesquisa ou outra atividade sob este Acordo. A titularidade dos derechos de propiedad intelectual e a partilha dos resultados serão compatibles com as políticas oficialmente establecidas de ambos os partícipes e com acuerdos internacionales e leis nacionales relevantes.



conformidad con los reglamentos internos de la institución.

3.3 Serán presumidos legítimos los actos transmitidos al otro signatario por intermedio de los órganos indicados en la subcláusula anterior.

3.4 Se les faculta a las partes:

- I. Delegar poderes de representación a sus órganos administrativos en la ejecución de este Acuerdo;
- II. Acordar el desarrollo de las actividades previstas en la Cláusula Segunda, a excepción de las subcláusulas 2.1b, 2.1f y 2.1g, por intermedio de intercambio de correspondencias entre las áreas académicas de cada uno de los partícipes directamente interesados.

3.5 La designación y la sustitución del coordinador local, del órgano, o persona referida en la subcláusula 3.2 y del delegatario, según la subcláusula 3.4, tendrán efecto en la fecha en que la otra parte sea informada por escrito.

CLÁUSULA CUARTA – DE LOS DERECHOS DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL

4.1 Los partícipes concuerdan en respetar los derechos de propiedad intelectual del otro. Cuando cualquier actividad realizada bajo este Acuerdo requiera acceso, coparticipación o transferencia de tecnología de un partícipe al otro, ellos entrarán en acuerdo escrito acerca de las condiciones de ese acceso, coparticipación o transferencia.

4.2 Los partícipes se pondrán en acuerdo por escrito, separadamente, sobre los derechos de propiedad intelectual que sean resultado de cooperación en investigación u otra actividad bajo este Acuerdo. La titularidad de los derechos de propiedad intelectual y el compartir los resultados serán compatibles con las políticas oficialmente establecidas por los partícipes y con acuerdos internacionales y leyes nacionales pertinentes.

4.3 El partícipe comunicará al otro acerca de la ocurrencia de resultados protegibles por propiedad intelectual en el plazo adecuado.

4.4 Los partícipes observarán las condiciones de sigilo



4.3 O partícipe comunicará o outro da ocorrência de resultados protegidos por propriedade intelectual em prazo adequado.

4.4 Os partícipes observarão as condições de sigilo estabelecidas em suas legislações nacionais, assim como nos acordos internacionais, em especial o Artigo 39 do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

O presente convênio-quadro não possui valor econômico, uma vez que seu objeto é a cooperação; portanto, não gera qualquer custo econômico para as partes. Em todo caso, caso haja a necessidade de disponibilização de recursos financeiros, esta será informada e executada de forma conjunta, mediante a celebração de convênios específicos derivados do objeto do presente convênio, observada previamente a disponibilidade das partes, podendo, ainda, ser obtidos recursos ou subsídios complementares de organismos regionais, nacionais ou internacionais.

CLÁUSULA SEXTA – RELAÇÃO DE TRABALHO

As partes declaram expressamente que o presente convênio, por sua natureza civil e pela inexistência de subordinação e dependência contínuas entre elas, não constitui vínculo trabalhista nas relações entre as instituições. Em consequência, cada uma das partes será responsável pela vinculação de seu pessoal, celebração de contratos e aquisição de materiais relacionados ao cumprimento dos compromissos e obrigações que assumir.

CLÁUSULA SÉTIMA – PROTEÇÃO DE DADOS

As partes acordam que o tratamento das informações, incluindo os dados pessoais obtidos em razão da execução do presente convênio, terá caráter confidencial e não poderá, sob nenhuma circunstância, ser compartilhado ou transferido a terceiros. Essa obrigação de confidencialidade se estenderá por tempo indeterminado, mesmo após a extinção do convênio, salvo autorização expressa das partes ou nos casos em que tais informações venham a ser consideradas de domínio público.

CLÁUSULA OITAVA – DO SEGURO DE SAÚDE, ACCIDENTES E REPATRIAÇÃO



establecidas en sus legislaciones nacionales, así como en los acuerdos internacionales, en especial, el Artículo 39 del Acuerdo sobre Aspectos de los Derechos de Propiedad Intelectual Relacionados con el Comercio.

CLÁUSULA QUINTA – DE LOS RECURSOS

El presente convenio marco carece de valor económico, como quiera que su objeto es la cooperación, por lo tanto, no genera para las partes costo económico alguno. En todo caso, si hay lugar a disposición de recursos económicos, se informará y ejecutará de manera conjunta, mediante suscripción de convenios específicos derivados en virtud del objeto del presente convenio, previa disponibilidad de las partes, pudiendo obtener recursos o subvenciones complementarias de organismos regionales, nacionales o internacionales.

CLÁUSULA SEXTA - RELACIÓN LABORAL

Las partes dejan expresa constancia de que el presente convenio por su naturaleza civil y por no existir continua subordinación y dependencia entre ellas, no constituye vínculo laboral en las relaciones entre las instituciones, en consecuencia, cada una de las partes será responsable por la vinculación del personal, celebración de contratos y adquisición de materiales relativos al cumplimiento de los compromisos y obligaciones que asume.

CLÁUSULA SÉPTIMA - PROTECCIÓN DE DATOS

Las partes acuerdan que el tratamiento de la información, incluidos los datos personales obtenidos por la operación del presente convenio, tendrá el carácter de confidencial no podrán compartirse o transferir a terceros bajo ninguna circunstancia, dicha obligación se extenderá indefinidamente, aunque el convenio se hubiera extinguido. Todo ello sin perjuicio de la eventual autorización de las partes o de que, en su caso, dicha información pasara a ser considerada como de dominio público.

CLÁUSULA OCTAVA – DEL SEGURO DE SALUD, ACCIDENTES Y REPATRIACIÓN

9.1 Los estudiantes, docentes, investigadores y personal técnico y administrativo aprobados por la Institución Anfitriona contratarán el seguro salud, accidentes y repatriación que lo exija ella, que sea válido en el país de destino y durante todo el período



9.1 Os estudantes, professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo aprovados pela Instituição Anfitriã contratarão o seguro de saúde, acidentes e repatriação que ela exigir, válido no país de destino e por todo o período da mobilidade.

CLÁUSULA NONA – DA MOBILIDADE ACADÊMICA DE ESTUDANTES

10.1 Cada partícipe selecionará por seus próprios critérios os estudantes para mobilidade acadêmica. A Instituição Anfitriã receberá as candidaturas dentro do prazo estabelecido e repassar-lhes-á aos seus respectivos órgãos administrativos e acadêmicos para análise e decisão sobre a aceitação.

10.2 Cada partícipe designará até 5 (cinco) estudantes por ano para realizar mobilidade acadêmica. Este número poderá variar, a cada ano, após análise e negociação entre as Instituições.

10.3 A cada estudante será permitido, no máximo, dois semestres de mobilidade acadêmica, consecutivos ou não.

10.4 A Instituição Anfitriã encaminhará carta de aceite aos estudantes que tiverem suas candidaturas aprovadas. Esta carta deverá ser enviada com antecedência suficiente para que o estudante obtenha o visto adequado ainda em seu país de origem. Nenhum estudante será matriculado na Instituição Anfitriã sem o visto adequado.

10.5 Os estudantes de mobilidade acadêmica poderão matricular-se em qualquer departamento da Instituição Anfitriã desde que reúnam os requisitos necessários e cumpram com as exigências estabelecidas.

10.6 A Instituição Anfitriã proporcionará assessoramento acadêmico, prestará informações pertinentes ao período de intercâmbio e fornecerá certificado de aproveitamento acadêmico aos estudantes de mobilidade acadêmica ao término das disciplinas realizadas durante o período em que estiverem na Instituição Anfitriã.

10.7 A Instituição Anfitriã auxiliará os estudantes de mobilidade acadêmica a encontrar moradia. Não lhe será obrigatório, no entanto, ceder vaga em residência universitária ou em qualquer outro tipo



de mobilidad.

CLÁUSULA NOVENA – DE LA MOVILIDAD ACADÉMICA DE ESTUDIANTES

10.1 Cada parte seleccionará, según criterios suyos, los estudiantes para movilidad académica. La Institución Anfitriona recibirá las candidaturas dentro del plazo determinado y las transmitirá a sus respectivos órganos administrativos y académicos para análisis y decisión sobre la aceptación.

10.2 Cada partícipe designará hasta 5 (cinco) estudiantes al año para realizar movilidad académica. Este número podrá variar, a cada año, tras análisis y negociación entre las instituciones.

10.3 A cada estudiante se le permitirá, como máximo, dos semestres, consecutivos o no, de movilidad académica.

10.4 La Institución Anfitriona enviará carta de aceptación a los estudiantes que tengan sus candidaturas aprobadas. Esta carta deberá ser enviada con suficiente antelación, a fin de que el estudiante obtenga la visa adecuada aun en su país de origen. Ningún estudiante será matriculado en la Institución de Acogida sin la visa adecuada.

10.5 Los estudiantes de movilidad académica podrán matricularse en cualquier facultad de la Institución de Acogida, la condición es que reúnan los requisitos necesarios y cumplan las exigencias establecidas.

10.6 La Institución de Acogida ofrecerá asesoramiento académico, prestará las informaciones correspondientes al período de intercambio y emitirá certificado de aprovechamiento académico/calificación a los estudiantes de movilidad académica, cuando estos hayan terminado las asignaturas cursadas durante su período de permanencia en la Institución Anfitriona.

10.7 La Institución de Acogida prestará auxilio a los estudiantes de movilidad académica en la búsqueda de vivienda. Sin embargo, no le constituye obligación a la Institución Anfitriona ceder plaza en residencia universitaria o en cualquier otro tipo de vivienda o fornecer subsidio con la finalidad de alojamiento.

10.8 Los estudiantes de movilidad académica que deseen realizar la práctica por intermedio de la



de moradia ou fornecer subsídio com a finalidade de moradia.

10.8 Os estudantes de mobilidade acadêmica que pretendam realizar estágio através da Instituição Anfitriã deverão responsabilizar-se por arranjar antecipadamente o local de seu estágio, professor orientador e cumprir com os regulamentos, contratos, termos de compromisso ou termos de estágio, exigidos pela Instituição Anfitriã.

10.9 Os estudantes em mobilidade acadêmica têm os mesmos direitos e responsabilidades que a Instituição Anfitriã reserve aos seus próprios estudantes. A Instituição de Origem será imediatamente informada na eventualidade de um dos seus estudantes incorrer em incumprimento.

CLÁUSULA DEZ – DAS CONDIÇÕES PARA A MOBILIDADE ACADÊMICA DE PROFESSORES, PESQUISADORES E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

11.1 A mobilidade acadêmica de professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo dar-se-á por acordo dos partícipes. A seleção ocorrerá pela Instituição de Origem ou a convite da Instituição Anfitriã.

11.2 A Instituição Anfitriã fornecerá certificado aos professores, pesquisadores ou pessoal técnico-administrativo como comprovação das atividades realizadas durante o período de sua permanência.

CLÁUSULA ONZE – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

12.1 Os partícipes não são responsáveis por danos causados ao outro partícipe pelos estudantes, professores, pesquisadores ou pessoal técnico-administrativo que enviarem como Instituição de Origem.

CLÁUSULA DOZE – DAS ALTERAÇÕES, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

13.1 É facultado aos partícipes a alteração deste Acordo no decorrer de sua vigência mediante acordo específico entre os partícipes conforme as mesmas solenidades de sua assinatura.

13.2 Este Acordo terá vigência de cinco anos contados da data da última assinatura.



Institución Anfitriona deberán responsabilizarse de indicar anticipadamente el local en el que se dará su práctica, el profesor tutor y cumplir con los reglamentos, contratos, términos de responsabilidad o términos de práctica, exigidos por la Institución Anfitriona / de Acogida.

10.9 Los estudiantes en movilidad académica tienen los mismos derechos y responsabilidades que los estudiantes de la Institución de Acogida. La Institución de Origen deberá ser inmediatamente informada de eventualidades por parte de cualquiera de sus estudiantes, en caso de que incurran en incumplimiento.

CLÁUSULA DECIMA – DE LAS CONDICIONES PARA LA MOVILIDAD ACADÉMICA DE PROFESORES, INVESTIGADORES Y PERSONAL TÉCNICO Y ADMINISTRATIVO

11.1 La movilidad académica de profesores, investigadores y personal técnico y administrativo se hará por intermedio de acuerdo entre los partícipes. La selectividad será hecha o por la Institución de Origen o por invitación Anfitriona.

11.2 La Institución Anfitriona emitirá certificado a los profesores, investigadores o personal técnico y administrativo como comprobación de las actividades realizadas durante el período de su estancia.

CLÁUSULA ONCE – DE LA RESPONSABILIDAD CIVIL

12.1 Los partícipes no se hacen responsables de daños causados al otro partícipe, sea por los estudiantes, docentes, investigadores o por el personal técnico y administrativo que hayan sido enviados como Institución de Origen.

CLÁUSULA DOCE – DE LAS ALTERACIONES, DE LA VIGENCIA Y DE A PRÓRROGA

13.1 Se les faculta a los partícipes la alteración de este Acuerdo en el transcurso de su vigencia mediante acuerdo específico entre los partícipes, según las mismas solemnidades de su firma.

13.2 Este Acuerdo tendrá vigencia de cinco años a partir de la fecha de su firma.

13.3 La prórroga de este Acuerdo es admitida, teniéndose en cuenta que:



13.3 A prorrogação deste Acordo é admitida, observado que:

- I. a prorrogação será sempre por período certo; e
- II. dependerá de manifestação prévia do interesse dos partícipes, conforme troca de comunicações escritas entre eles, com no mínimo sessenta dias de antecedência, salvo justo motivo.

13.4 O prazo das metas e atividades estabelecidas nos planos de trabalho a que se refere a subcláusula 2.2 acompanharão a vigência deste Acordo. No caso de atividades, projetos e programas que prevejam prazos para além do da vigência deste Acordo, aqueles não iniciarão sem que esteja em vigor a prorrogação deste.

CLÁUSULA TREZE – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

14.1 É facultado aos partícipes denunciar este Acordo a qualquer tempo mediante notificação ao outro partícipe.

14.2 A denúncia produzirá efeitos no sexagésimo primeiro dia do recebimento da notificação pela outra parte.

14.3 A denúncia é retratável enquanto não escoado o prazo previsto na subcláusula anterior.

14.4 É facultado aos partícipes rescindir este Acordo por descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições. A rescisão terá efeito imediato.

14.5 A menos que expressamente indicado no ato de denúncia ou de rescisão, elas não prejudicarão as atividades em andamento, que continuarão regidas por este Acordo até as suas conclusões.

CLÁUSULA CATORCE – DA INTERPRETAÇÃO, DOS CASOS OMISSOS E DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

15.1 As partes executarão e interpretarão este Acordo conforme a boa-fé.

15.2 Os casos omissos e as controvérsias na interpretação e aplicação deste Acordo, incluídos os

- I. La prórroga será siempre por período determinado; y
- II. dependerá de manifestación previa de interés de los partícipes, mediante comunicación escrita de ambas partes, con un mínimo de sesenta días de antelación, salvo justo motivo.

13.4 El plazo de las metas y actividades establecidas en los planes de trabajo a que se refiere la subcláusula 2.2 seguirá la vigencia de este Acuerdo. En el caso de actividades, proyectos y programas que prevean plazos superiores a los correspondientes a la vigencia de este Acuerdo, aquellos no podrán iniciarse sin que esté en vigencia la prórroga de este.

CLÁUSULA TRECE – DE LA DENUNCIA Y LA RESCISIÓN

14.1 Se les faculta a los partícipes denunciar este Acuerdo a cualquier momento mediante notificación al otro partícipe.

14.2 La denuncia producirá efectos en el sexagésimo primer día de haber recibido la notificación la otra parte.

14.3 La denuncia es retractable mientras no se haya transcurrido el plazo previsto en la subcláusula anterior.

14.4 Se les faculta a las partes rescindir este Acuerdo por incumplimiento de cualquiera de sus cláusulas o condiciones. La rescisión tendrá efecto inmediato.

14.5 A menos que esté expresamente indicado en el acto de denuncia o de rescisión, ella no perjudicará las actividades que este se estén desarrollando, las cuales seguirán regidas por este Acuerdo hasta que se concluyan.

CLÁUSULA CATORCE – DE LA INTERPRETACIÓN, DE LOS CASOS OMISSOS Y DE LA SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

15.1 Las partes ejecutarán e interpretarán este Acuerdo conforme la buena fe.

15.2 Los casos omissos y las controversias en la interpretación y aplicación de este Acuerdo, incluidos los casos de foro competente y legislación aplicable, serán analizados y solucionados por una comisión



casos de foro competente e legislação aplicável, serão examinadas e resolvidas por comissão paritária de membros indicados pelos representantes dos partícipes.

15.3 Os partícipes não iniciarão litígio sem que os procedimientos de solução consensual para controversias tenham se encerrado sem sucesso, com exceção dos casos em que a medida desejada não possa razoavelmente esperar os tempos do procedimiento de solução consensual.

CLÁUSULA QUINZE – DA EFICÁCIA E DA PUBLICAÇÃO

16.1 Este Acordo terá eficácia a partir da data da última assinatura.

16.2 Os partícipes publicarão este Acordo em conformidade com as leis de seus países.

16.3 Se a lei nacional de um dos partícipes condicionar a eficácia ou a validade deste Acordo à providência adicional não prevista neste Acordo, ele comunicará o outro imediatamente.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DA LEGITIMIDADE DOS SIGNATÁRIOS

17.1 Os signatários afirmam possuir a legitimidade e os poderes de representação do respectivo partícipe em conformidade com as leis de seu país.

Este Acordo será firmado em duas vías de igual forma e teor. Cada partícipe manterá una vía original.

Florianópolis, ____/____/____

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Secretario de Relaciones Internacionales de UFSC



paritaria de miembros indicados por los representantes de ambos.

15.3 Los partícipes no iniciarán litigio sin que los procedimientos de solución consensual para controversias se hayan finalizado sin éxito, a excepción de los casos en que la medida que se desea no pueda, razonablemente, esperar el momento del procedimiento de solución consensual.

CLÁUSULA QUINCE – DE LA EFICACIA Y DE LA PUBLICACIÓN

16.1 Este Acuerdo tendrá eficacia a partir de la fecha de su última firma.

16.2 Los partícipes publicarán este Acuerdo de conformidad con las leyes de sus países.

16.3 Cuando la ley nacional de uno de los partícipes condicione la eficacia o la validez de este Acuerdo a providencia adicional no prevista en este Acuerdo, el partícipe deberá comunicarle al otro inmediatamente.

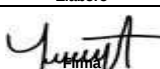
CLÁUSULA DIECISÉIS – DE LA LEGITIMIDAD DE LOS SIGNATARIOS

17.1 Los signatarios afirman poseer la legitimidad y los poderes de representación del respectivo partícipe de conformidad con las leyes de su país.

Este Acuerdo será firmado en dos vías de igual forma y tenor. Cada partícipe recibirá una vía original.

Pamplona, 02/06/2025

Dr. Heriberto José Rangel Navia
Vicerrector de Bienestar y Extensión(e)

Elaboró	Revisó
 Osmay Yulieth Jaimes Otálora Apoyo Jurídico Oficina de Extensión y Gestión de Convenios y Movilidades	 Andrea Juliana Ramón Torres Jefe de Oficina de Extensión y Gestión de Convenio y Movilidades